

Notícias Sindicais, 18/06/14

Portal da CUT

CUT e centrais em defesa da licença remunerada no serviço público federal

17/06/2014

Entidades encaminham ofício à presidenta Dilma e solicitam a sanção imediata e sem vetos da Medida Provisória 632/13

Escrito por: CUT Nacional

A CUT e as demais centrais sindicais (CGTB, CSB, CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT) encaminharam à presidenta Dilma Rousseff um ofício onde solicitam a imediata sanção e sem vetos da Medida Provisória (MP) 632/13, convertida pelo Congresso Nacional em Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/14.

A matéria abrange uma série de questões relacionadas ao serviço público federal e foi aprovada por unanimidade em ambas as casas legislativas (Câmara e Senado).

No documento, as centrais expressam a relevância em garantir, principalmente, a emenda apresentada pelo líder do PT na Câmara, deputado federal Vicentinho (SP), que estabelece a licença classista remunerada aos servidores públicos que forem eleitos para mandatos em confederações, federações, sindicatos e associações cooperativas de diferentes categorias.

Além de garantir que os salários serão custeados pela União, a emenda amplia o número de servidores que poderão se licenciar para o exercício do mandato. Entidades com até cinco mil servidores terão o direito à liberação de dois servidores; com 30 mil, quatro; e mais de 30 mil, oito.

As centrais recordam que esta é uma luta antiga dos servidores federais, um direito que foi retirado da categoria durante o governo FHC (1997), dificultando a organização sindical no serviço público federal.

Destacam também que a Convenção 151 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional e sancionada pela própria presidenta no ano passado, garante a organização sindical dos servidores e o exercício do mandato sindical classista e observam que a maioria dos estados e municípios já dispõem de leis próprias que garantem a liberação com remuneração. "Portanto será um ato de grandeza de vossa excelência sancionar esse pleito tão esperado pelos servidores federais", diz o ofício.

Portal da CUT

Confederação dos Metalúrgicos defende emprego de 1.200 trabalhadores em Feira de Santana (BA)

17/06/2014

Yazaki do Brasil ameaça fechar fábrica e não dialoga com sindicatos; Presidente da CNM afirma que entidade chamará a Yazaki à responsabilidade para garantir os empregos na unidade

Escrito por: STIM Feira de Santana

O Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana (BA) deflagrou uma campanha em defesa do emprego de 1.200 trabalhadores na unidade da Yazaki do Brasil, fábrica de autopeças. A empresa está ameaçando fechar a fábrica e não aceita dialogar com a entidade para debater uma solução que garanta a continuidade da produção e a manutenção dos postos de trabalho.

A entidade dos trabalhadores quer uma negociação da qual também participem representantes do governo estadual e da prefeitura.

Segundo o presidente do Sindicato, Fábio Dias de Souza, a empresa recebeu incentivos fiscais para se instalar em Feira de Santana.

"Agora, em nome do lucro, ela simplesmente fala em fechar a unidade e deixar 1.200 trabalhadores sem emprego. Isso pode trazer um impacto grande não apenas para as famílias, mas para toda a economia local", destaca Fábio, que também é vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT).

O presidente da Confederação, Paulo Cayres, informa que a entidade também fará gestões para que a empresa não feche a unidade e que está pedindo apoio a todas as entidades filiadas para se somarem a esta luta do Sindicato de Feira de Santana.

"Somos solidários aos metalúrgicos na Yazaki e à luta do Sindicato de Feira de Santana e vamos lutar junto com eles para chamar a Yazaki à responsabilidade e para garantir os empregos na unidade", assinala Paulo Cayres.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana divulgou nesta quinta-feira (12) uma carta aberta sobre o problema, pedindo apoio à sua luta. Confira a íntegra do documento:

CARTA ABERTA

PELA MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS DA UNIDADE DA YAZAKI BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Feira de Santana e região (STIM) reivindica respeito às vidas de 1.200 trabalhadores e de seus familiares ameaçadas pelo risco do fechamento da unidade da Yazaki do Brasil, localizada no Conjunto Industrial Subaé (CIS), em Feira de Santana.

As tentativas do STIM em negociar a situação foram frustradas pelo descaso da administração local da Yazaki, que se recusa a dialogar e encontrar saídas para o problema. Esta atitude desrespeita o direito constitucional à organização sindical dos trabalhadores e o princípio do diálogo social para a resolução dos conflitos trabalhistas.

Neste sentido, propomos que seja instalada uma mesa de negociação - em regime de urgência - para tratar da manutenção do funcionamento desta unidade através do diálogo tripartite, contando com a participação de representantes do Sindicato, da Yazaki, da Prefeitura Municipal e do Governo da Bahia, visando proteger o direito ao trabalho dos 1.200 funcionários.

A Yazaki do Brasil, empresa de origem japonesa especializada na fabricação de peças para a indústria automobilística, está há 12 anos com unidade instalada em Feira de Santana. Os 1.200 trabalhadores desta unidade representam mais de 10% do seu quadro funcional em países da América do Sul.

Em nosso país, a Yazaki está expandindo suas operações para o estado de Sergipe, com investimentos que ultrapassam a ordem de R\$ 40 milhões. Desta forma, a justificativa da crise do setor automobilístico não se sustenta para o fechamento da unidade em Feira de Santana e mostra que ela está mais preocupada com suas taxas de lucro do que com os funcionários que dedicam cotidianamente suas vidas e capacidades para a produção de autopeças e dos resultados positivos da empresa.

O desemprego não é o único legado que o fechamento da Yazaki deixará para o município de Feira de Santana e para o estado da Bahia. Atualmente, cerca de 300 funcionários da empresa se encontram lesionados por conta do desrespeito à saúde e segurança do trabalhador no processo de produção. Diante disso, o Ministério Público do Trabalho aplicou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à Yazaki para reparar os danos causados aos funcionários lesionados e para a melhoria das condições de trabalho na unidade, atendendo a reivindicação do nosso Sindicato.

Solicitamos que o Governo da Bahia e a Prefeitura Municipal não se isentem e contribuam para a instalação de um ambiente de negociação com a empresa, visando proteger os empregos ameaçados. Esta empresa muito se beneficiou dos incentivos fiscais locais e com a política de desoneração implementada pelo governo federal. Portanto, exigimos da Yazaki a manutenção de empregos como contrapartida social face aos incentivos recebidos.

Esta luta não é apenas dos 1.200 funcionários ameaçados pelo desemprego e do STIM, que os representa sindicalmente. Trata-se de uma luta de toda a sociedade feirense e baiana, que poderá perder empregos e renda que favorecem a circulação econômica e afeta na qualidade de vida do conjunto da população.

Portanto, a luta pelo direito ao trabalho e a manifestação de solidariedade de toda a sociedade animam e dão esperança para as centenas de trabalhadores na Yazaki, apontando a perspectiva de reversão deste quadro e manutenção dos empregos.

Feira de Santana, 12 de junho de 2014.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Feira de Santana e Região

Portal da CTB

Funcionários e docentes em greve fecham guaritas de acesso à Unicamp

Funcionários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em greve há 25 dias, fecharam na manhã na última segunda-feira (16) pelo menos três guaritas que permitem acesso ao campus da instituição, no distrito de Barão Geraldo.

Durante o período, ficaram abertas as entradas mais próximas ao Hospital de Clínicas. O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores (STU), João Raimundo Mendonça Souza, afirmou que ato teve adesão de pelo menos 150 grevistas.

Ele disse que, após liberação das guaritas, o grupo seguiu em passeata até o entorno do hospital e também do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), com intuito de mobilizar funcionários que atuam na área.

O STU estima que 70% dos trabalhadores da universidade estão parados desde o início da greve, enquanto que a mobilização dos professores começou em dia 27 de maio e tem adesão de 65% da categoria, segundo a associação que representa os docentes.

As duas categorias contestam a decisão do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que oferece reajuste zero nos salários. Uma reunião para reabertura das negociações estava marcada para sexta-feira (13), mas foi cancelada e ainda não há previsão de novo encontro.

Para justificar o congelamento dos salários, o Cruesp alegou o alto nível de comprometimento do orçamento das universidades com folha de pagamentos, que seria de 104,2% na USP; 96,5% na Unicamp e 94,4% na Unesp. Entre os pedidos das categorias em greve constam reajuste de 10% nos salários, equiparação de piso salarial de servidores técnicos administrativos ao de profissionais da USP, mais vagas em creches e transporte gratuito para quem usa os campi.

A greve de funcionários da Unicamp provoca, desde o dia 2 de junho, atrasos no agendamento de consultas e exames realizados pelo HC. De acordo com o sindicato que representa a categoria, ao menos 15% dos funcionários desta unidade e do Caism aderiram ao movimento.

A assessoria de imprensa do HC reiterou que, por enquanto, não houve reflexos na realização de consultas, exames ou cirurgias pela unidade. Contudo, admitiu que há atraso médio de 30 minutos durante o dia na etapa de agendamentos. Diálogo permanente Em nota, a assessoria de imprensa da Unicamp disse que os bloqueios nas áreas externas ao campus prejudicaram o fluxo nas vias públicas e portarias que dão acesso à universidade.

Além disso, informou que acionou a vigilância interna para apoiar a liberação do trânsito. Sobre a greve, a Unicamp alegou que a reitoria faz reuniões periódicas com as entidades sindicais para manter diálogo permanente com o movimento grevista. Ainda de acordo com a universidade, a paralisação de professores e funcionários atinge 15% da instituição - não há balanço específico sobre adesão dos docentes.

Portal CTB com agências

Portal da CUT

Repórter Brasil faz levantamento inédito de casos de trabalho escravo no Brasil

17/06/2014

Dados foram obtidos a partir de tabelas publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 1995

Escrito por: Repórter Brasil

A ONG Repórter Brasil organizou em um sistema aberto para consulta todas as informações sobre flagrantes de exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravos já divulgadas pelo poder público no Brasil. Os dados foram obtidos a partir de tabelas publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde 1995, quando o governo brasileiro reconheceu a existência de escravidão no país e passou a adotar medidas para erradicação deste crime. É a primeira vez que um levantamento completo das informações públicas sobre flagrantes de escravidão é apresentado.

As tabelas das fiscalizações que resultaram em flagrante de trabalho escravo estão disponíveis na íntegra no site da Repórter Brasil. Na página também foi disponibilizado um infográfico interativo desenvolvido pelo jornalista Stefano Wroblewski onde é possível consultar os casos de escravidão por ano, unidade da federação e município. A ferramenta permite verificar, por exemplo, que nenhum caso de escravidão foi constatado pelo governo brasileiro no Distrito Federal e em Sergipe desde 1995. Ou então que o município onde mais se registrou esse tipo de superexploração do trabalho nestes 18 anos foi Confresa (MT), que fica na região da fronteira agrícola da Amazônia.

Entre 1995 e 2013 foram inspecionados 3.747 estabelecimentos e 47.031 pessoas em situação análoga à escravidão foram libertadas. Da fiscalização podem participar, além de fiscais do MTE, procuradores do Ministério Público do Trabalho e policiais da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Portal da CUT

Comissão Nacional da Verdade lança livro com nomes de torturadores

17/06/2014

Carta escrita por presos políticos do Presídio Barro Branco, em 1975, traz nomes e codinomes de 233 torturadores do regime militar

Escrito por: Agência Brasil

Uma carta escrita por presos políticos do Presídio Barro Branco, em São Paulo, em 1975, e que trazia nomes e codinomes de 233 torturadores do regime militar no país foi revista e virou um livro, lançado nesta segunda (16) na Assembleia Legislativa paulista pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo.

O livro *Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos Contra os Torturadores* traz a carta que foi enviada ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (na época) Caio Mário da Silva Pereira. Segundo a comissão, foi a primeira denúncia pública de presos políticos sobre torturas e torturadores, embora outros documentos tenham sido elaborados na época e divulgados, mas de forma clandestina.

O nome *Bagulhão* se refere, segundo o ex-preso político Reinaldo Morano Filho, ao fato de o documento ganhar volume com o passar do tempo e também porque bagulho, na linguagem usada por quem estava preso, significava algo que os “presos temiam muito” ou algo perigoso. O documento, segundo ele, começou a ser produzido pelos presos em 1969, de forma conjunta, e foi feito de forma sigilosa, para que os militares não tivessem conhecimento sobre ele. O primeiro nome da lista de torturadores é o do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo.

O documento, explicou Morano Filho, consistia em um calhamaço de 28 folhas com as assinaturas de 35 presos. Além da identificação dos torturadores, o documento descrevia também os principais métodos e instrumentos de tortura que eram empregados pelos órgãos de repressão e as condições carcerárias. O texto dessa carta foi encerrado pelos presos no dia 23 de outubro de 1975, mas ganhou um *post-scriptum* dois dias depois para incluir a notícia da morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog.

Morano Filho, que militava pela Ação Libertadora Nacional (ALN), ficou preso entre agosto de 1970 e março de 1977, em diversos presídios, entre eles, o de Barro Branco, o Tiradentes e no DOI-Codi. Ele foi um dos que assinou e elaborou o documento. “Como sobreviventes, nos colocamos como testemunhas de assassinatos e de perseguição política que se fazia naquele momento. Daí resultou nessa carta”, disse.

Para que o documento chegasse às mãos de Caio Mário, sem ser interceptada pelos militares, os presos decidiram por uma saída clandestina: eles montaram um compartimento no interior de uma garrafa térmica, entre as partes de vidro e de plástico da garrafa, onde o calhamaço foi alojado. A garrafa foi então usada para servir café aos advogados que visitariam seus clientes no presídio. Com isso, pelas mãos de um advogado, o documento chegou a Caio Mário. “E sem prejuízo do café”, disse Reinaldo Morano Filho.

A carta foi enviada ao dirigente da OAB porque, em agosto daquele ano, Caio Mário deu uma declaração ao jornal *Folha de S.Paulo* em que dizia que não tinha conhecimento de denúncias concretas de prisões irregulares e de arbitrariedades policiais e de que precisava de mais informações sobre o que estava ocorrendo no país. “Nós, presos políticos abaixo-assinados, recolhidos no presídio da Justiça Militar Federal, São Paulo, tomamos conhecimento das declarações emitidas por Vossa Senhoria lamentando não haver conseguido 'especificações objetivas' por parte de pessoas vítimas de prisão irregular e de arbitrariedades policiais. (...) Embora cientes das muitas denúncias concretas já havidas – inúmeras delas inclusive divulgadas mais recentemente por jornais brasileiros – vimo-nos na obrigação, como vítimas, sobreviventes e testemunhas de gravíssimas violações aos direitos humanos no Brasil, de encaminhar a Vossa Senhoria um relato objetivo e pormenorizado de tudo o que nos tem sido infligido, nos últimos seis anos, bem como daquilo que presenciamos ou acompanhamos pessoalmente dentro da história recente do país”, diz o trecho inicial da carta.

De acordo com Morano Filho, quando o documento foi tornado público, ainda em 1975, nenhuma ação legal ou ação judicial o contestou. Nenhuma contestação ao documento ocorreu até hoje, ressaltou.

Um dos ex-presos políticos que também assinou e ajudou a elaborar a carta foi o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e atual membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Paulo Vannuchi. Segundo ele, este documento é uma “prova cabal” da existência de tortura e de violações no período. “Esta é mais uma evidência, muito importante para o relatório final, para que não parem dúvidas de que houve excessos e de que houve dúzias de torturadores sádicos e de que o regime criou uma estrutura (*de violações*) e a apoiou”, afirmou. “Este é um documento curto, fácil de ler e que precisa ser multiplicado para que todos o conheçam”, acrescentou.

Para Vannuchi, os relatórios das comissões da verdade de todo o país deverão abordar, entre outras questões, a responsabilização do Estado pelas violações ocorridas no período. “Os pouquíssimos participantes da ditadura militar que admitem que ocorreram torturas - e o Ustra nega taxativamente - o admitem como exceção. A exceção terá que ser abordada no relatório das comissões, sobretudo da nacional, para dizer que não foi o excesso de uma meia dúzia. Essa meia dúzia ou 233 nomes ou 400 precisam ser identificados. Os altos escalões sabiam o que se passava”, disse Vannuchi.

Organizado por Ernesto Germano